continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis da Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe Incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossa auditoria.

São Paulo, 24 de março de 2022

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

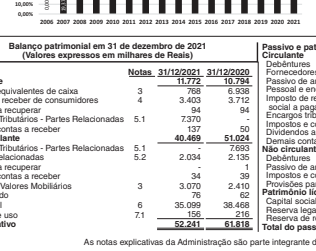
Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
CT CRC 1 SP-260.164/O-4

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

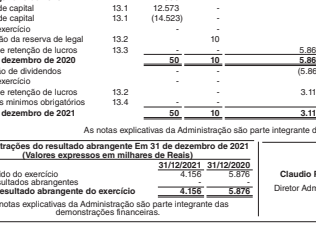
CNPJ 02.724.983/0001-34

Relatório da Administração

Prezados(as) Senhores(as) acionistas e demais interessados: A Sanesalto Saneamento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto - SP. A empresa, vencedora do processo licitatório, além de construir e operar o sistema de tratamento de esgoto do município, realiza toda a gestão do sistema comercial e atendimento ao cliente do serviço de água e esgoto, tratando 98% do esgoto coletado no município. Além do investimento na estação de tratamento, a Sanesalto realizou todo o investimento em interceptores e estações elevatórias para coletar e transportar o esgoto para tratamento. O Rio Tietê, verdadeiro patrimônio natural e cultural dos brasileiros, nasce limpo e cristalino no município de Salinópolis, Estado de São Paulo, e passa por Salto antes de chegar à metrópole. Percorre de 1.010 km até o Rio Paraná, na divisa com Mato Grosso do Sul, o Tietê percorre diversas cidades, servindo muitas vezes como um verdadeiro depósito de lixo e de efluentes: somados, o rio e seus afluentes recebem 3 bilhões de litros de esgoto diariamente. A Sanesalto tem a responsabilidade de tratamento básico que respeita as águas do Rio Tietê e de seu afluente, o Rio Jundiaí. Agora, ao passar por Salto, o Tietê recebe somente esgoto tratado, representando um exemplo a ser seguido por outros municípios.



Entre os anos de 2004 e 2007, a Sanesalto implantou o sistema de tratamento de esgoto e iniciou os serviços com cobertura de 60% do Município. Entre 2007 e 2018, a Companhia expandiu os serviços até completar cobertura de tratamento na totalidade das bacias previstas em contrato.



Premiações. Em 2018, fruto das boas práticas operacionais da Companhia e como reconhecimento à evolução do tratamento de esgoto do Município de Salto, a Sanesalto recebeu o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS) 2018, outorgado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). O Prêmio é considerado o mais importante do setor na América Latina e avalia a implantação de boas práticas na gestão do saneamento. Na categoria "As melhores em gestão no saneamento ambiental", com seis níveis de reconhecimento, a Sanesalto venceu nesse ano, em sua primeira participação, o nível Cobre.

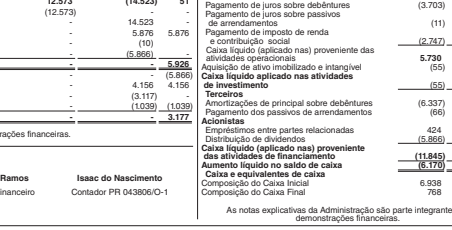
DESTAQUES OPERACIONAIS e FINANCEIROS

DESTAQUES OPERACIONAIS. A Companhia observou em 2021 o crescimento de **3%** em economias de esgoto, fruto da expansão no número de loteamentos e na verticalização das residências no município.

ANO	Economias de Água JANEIRO	Economias de Água DEZEMBRO	CRESCIMENTO ANUAL %
2018	45.150	47.225	**4,60%**
2019	47.225	50.183	**6,26%**
2020	50.183	51.899	**3,42%**
2021	52.026	53.459	**2,68%**

ANO	Economias de Esgoto JANEIRO	Economias de Esgoto DEZEMBRO	CRESCIMENTO ANUAL %
2018	41.203	43.098	**4,60%**
2019	43.098	46.568	**8,05%**
2020	46.568	48.368	**3,87%**
2021	48.491	49.990	**3,00%**

O volume de esgoto micro medido no ano de 2021, assim como no período findo em 31 de dezembro de 2021, não foi afetado pela pandemia da **COVID-19** de maneira significativa e seu crescimento foi de **3,24%** quando comparado com 2020, em grande parte devido ao aumento do número de economias acima destacado.



DESEMPENHO FINANCEIRO. Os resultados obtidos pela Sanesalto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, assim como no exercício de 2020 e anos anteriores, refletem os efeitos que a administração vem realizando ao longo do tempo. **Receitas.** A Receita Bruta (desconsiderando os efeitos da receita de construção) encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em R$28.956, contra R$ 28.697 em 2020. Embora o volume faturado não tenha sido afetado pela pandemia, a Receita poderia ser maior, pois houve a suspensão do reajuste ordinário da tarifa, face à resolução nº 345 da agência reguladora ARES-PCJ em 2020. Tal perda deverá ser compensada em reequilíbrio econômico do contrato de concessão. **Custos.** Os custos sofreram um pequeno aumento, encerrando em R$ 8.568 no período findo em 31 de dezembro de 2021 comparado aos R$ 7.513 de 31 de dezembro de 2020, desconsiderando os efeitos do custo de construção. O Lucro Bruto do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R$ 19.132 foi inferior ao valor do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 onde fechou em R$ 20.126. Esta redução do lucro bruto deve-se ao aumento dos custos de operação, onde os mesmos tiveram reajustes e em contrapartida não há reajuste no m³ tratado desde janeiro de 2020. **Lucro Líquido do Período.** O lucro líquido de R$ 14.377 no exercício de 2017 marcou o início da reversão dos prejuízos acumulados nos períodos anteriores, que somavam (R$ 30.775) no encerramento do exercício de 2016. Em 2018, essa tendência se confirmou e a Companhia apresentou lucro de R$ 989 em 31 de dezembro. O mesmo aconteceu com o resultado do exercício de 2019 com lucro de R$ 886. Em 2020 não poderia ser diferente onde a Companhia atingiu o lucro líquido de R$ 5.866, ainda em 2020, a Administração decidiu absorver o saldo de prejuízos acumulados com a redução do capital social, no valor de R$ 14.523. A redução de capital para absorção dos prejuízos acumulados e a reversão do passivo a descoberto encerram o histórico do período do início da concessão e dos prejuízos acumulados. O exercício de 2021 confirma a tendência de aumento de resultados, com a redução da dívida e aumento do EBITDA da empresa, necessários para o adequado retorno do capital aos acionistas. O exercício findo em 31 de dezembro de 2021 encerrou com lucro de R$ 4.156. Reiteramos o compromisso da Companhia em prover o tratamento de 100% do esgoto coletado da cidade de Salto, dentro da área de concessão, bem como o de atingir excelência operacional com viabilidade econômico-financeira dos investimentos realizados pelos debenturistas e acionistas. **CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS.** Auditores Independentes Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, assim como em 2021, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. A administração da Companhia contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. para os serviços de auditoria para o período de 2018, 2019, 2020 e 2021. A remuneração dos auditores no exercício de 2021 foi de R$ 60 (R$ 55 em 2020) pela auditoria da Companhia.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		**11.772**	**10.794**
Caixa e equivalentes de caixa	3	768	6.938
Contas a receber de consumidores	4	3.403	3.712
Tributos a recuperar		94	94
Créditos Tributários - Partes Relacionadas	5.1	7.370	-
Demais contas a receber		137	50
Não circulante		**40.469**	**51.024**
Créditos Tributários - Partes Relacionadas	5.1	-	7.693
Partes Relacionadas	5.2	2.034	2.135
Tributos a recuperar		-	1
Demais contas a receber		34	39
Títulos e Valores Mobiliários	3	3.070	2.410
Imobilizado		76	62
Intangível	6	35.099	38.468
Direito de uso	7.1	156	216
Total do ativo		**52.241**	**61.818**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		**11.521**	**10.781**
Debêntures	8	7.311	6.752
Fornecedores		452	659
Passivo de arrendamentos	7.2	73	63
Pessoal e encargos sociais a pagar		270	238
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9	949	675
Encargos tributários a pagar	9	91	114
Impostos e contribuições parcelados	10	799	772
Dividendos a pagar	13.4	1.039	-
Demais contas a pagar	11	537	1.508
Não circulante		**37.543**	**45.111**
Debêntures	8	35.834	42.513
Passivo de arrendamentos	7.2	125	179
Impostos e contribuições parcelados	10	1.584	2.301
Provisões para contingências	12	-	118
Patrimônio líquido		**3.177**	**5.926**
Capital social	13.1	50	50
Reserva legal	13.2	10	10
Reserva de retenção de lucros	13.4	3.117	5.866
Total do passivo e do patrimônio líquido		**52.241**	**61.818**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Reservas de retenção de Lucros	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros e Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2020		**2.000**	-	-	-	**12.573**	**(14.523)**	**51**
Aumento de capital	13.1	12.573	-	-	-	(12.573)	-	-
Redução de capital	13.1	(14.523)	-	-	-	14.523	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	5.876	5.876	
Constituição da reserva de legal	13.2	-	10	-	-	(10)	-	
Reserva de retenção de lucros	13.3	-	-	5.866	-	(5.866)	-	
Em 31 de dezembro de 2020		**50**	**10**	**5.866**	-	-	**5.926**	
Distribuição de dividendos		-	-	(5.866)	-	-	(5.866)	
Lucro do exercício		-	-	-	-	4.156	4.156	
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	3.117	-	(3.117)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	13.4	-	-	-	-	(1.039)	(1.039)	
Em 31 de dezembro de 2021		**50**	**10**	**3.117**	-	-	**3.177**	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	4.156	5.876
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**4.156**	**5.876**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Claudio R. de Leoni Ramos
Diretor Administrativo/Financeiro

Isaac do Nascimento
Contador PR 043806/O-1

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	**4.156**	**5.876**
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício das atividades operacionais		
Depreciação e amortização sobre intangível, imobilizado e direito de uso	3.470	3.447
Juros apropriados sobre debêntures	3.809	3.504
Juros apropriados sobre parcelamentos	112	92
Amortização do custo de captação sobre debêntures	112	111
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	33	34
Provisão (reversão) de prda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(76)	221
Reversão da provisão para contingências	(118)	-
(Aumento) redução nos Ativos		
Contas a receber	385	(919)
Demais contas a receber e adiantamentos	(80)	(31)
Créditos tributários	-	417
Títulos de valores mobiliários	(660)	(322)
Aumento (redução) nos Passivos		
Fornecedores	(206)	(163)
Encargos tributários a pagar	2.998	2.630
Salários e encargos sociais a pagar	32	10
Impostos e contribuições parcelados	(790)	1.104
Demais contas à pagar	(986)	442
Acordos comerciais (Partes relacionadas)	-	150
	12.191	**16.808**
Pagamento de juros sobre debêntures	(3.703)	(3.448)
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamentos	(11)	(14)
Pagamento de imposto de renda e contribução social	(2.747)	(2.135)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**5.730**	**11.006**
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(55)	(199)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(55)	(199)
Terceiros		
Amortizações de principal sobre debêntures	(6.337)	(5.154)
Pagamento dos passivos de arrendamentos	(66)	(56)
Acionistas		
Empréstimos entre partes relacionadas	424	550
Distribuição de dividendos	(5.866)	-
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento	**(11.845)**	**(4.660)**
Aumento líquido no saldo de caixa	**(6.170)**	**6.147**
Caixa e equivalentes de caixa		
Composição do Caixa Inicial	6.938	791
Composição do Caixa Final	768	6.938

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida dos serviços prestados	14	**27.714**	**27.691**
Custo dos serviços prestados	15	(8.582)	(7.565)
Lucro bruto		**19.132**	**20.126**
Despesas operacionais		**(7.829)**	**(7.619)**
Despesas gerais e administrativas	17	(7.277)	(6.215)
Despesas comerciais	16	(651)	(1.125)
Outros resultados operacionais		**99**	**(279)**
Resultado operacional antes do efeitos financeiros		**11.303**	**12.507**
Resultado financeiro	**18**	**(4.135)**	**(3.821)**
Despesas financeiras		**(4.266)**	**(3.898)**
Receitas financeiras		131	75
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**7.168**	**8.686**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro		**(3.012)**	**(2.810)**
Corrente	21	(3.012)	(2.810)
Diferido	21	-	-
Lucro líquido do exercício		**4.156**	**5.876**
Lucro por ação			
Lucro básico por ação	20	82,5570	1,4188
Lucro diluído por ação	20	82,5570	1,4188

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas	**28.795**	**28.427**
Prestação de prestação de serviços	28.704	28.595
Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	14	52
Provisão (reversão) de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	77	(220)
Insumos adquiridos de terceiros	**(11.139)**	**(9.798)**
Custos, materiais, energia, serviços e outros	(11.139)	(9.798)
Valor adicionado bruto	**17.656**	**18.629**
Depreciação e amortização	(3.470)	(3.447)
Valor adicionado líquido produzido	**14.186**	**15.182**
Valor adicionado recebido em transferência	**131**	**75**
Receitas financeiras	131	75
Valor adicionado total a distribuir	**14.317**	**15.257**
Distribuição do valor adicionado	**14.317**	**15.257**
Pessoal	**1.792**	**1.616**
Remuneração direta	1.196	1.082
Benefícios	495	447
FGTS	101	87
Impostos, taxas e contribuições	**4.373**	**4.057**
Federais	4.328	4.036
Estaduais	45	21
Remuneração de capitais de terceiros	**8.152**	**9.584**
Juros	3.955	3.632
Aluguéis	41	76
Lucro líquido do exercício	4.156	5.876

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Sanesalto Saneamento S.A.. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sanesalto Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sanesalto Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior. **Porque é um PAA: Recuperabilidade do ativo intangível do contrato de concessão *(teste de impairment)* - Nota 6:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado em seu ativo intangível o montante de R$ 34.997 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Consideramos o teste de *impairment* do intangível como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a conferência da coerência lógica e aritmética das projeções dos fluxos de caixa; a verificação do modelo de mensuração adotado; teste de reconciliação dos fluxos de caixa futuros com os planos de negócios aprovados pela administração da Companhia, bem como a análise da razoabilidade das principais premissas adotadas nas projeções, tais como taxa de crescimento vegetativo, reajuste tarifário e taxa de desconto, mediante comparação com os orçamentos aprovados e dados de mercado. Adicionalmente, efetuamos análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando diferentes cenários de realização. Por fim, avaliamos as realizadas em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Maringa, 28 de fevereiro de 2022 Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. Contador CRC PR-042584/O-7 - CRC 2SP000160/O-5.

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Companhia aberta - CNPJ/NE nº 25.005.683/0001-09 - NIRE 35.300.492.307

EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS DEBÊNTURES DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 48ª (QUADRAGÉSIMA OITAVA) EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA, DA VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da 48ª (Quadragésima Oitava) Emissão, em Série Única, da VERT COMPANHIA SECURITIZADORA ("Titulares dos CRA", "Emissão" e "Securitizadora", respectivamente) e a SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. ("Agente Fiduciária"), em atenção ao disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização da Emissão, bem como, nos termos do artigo 22, item "1" da Instrução CVM nº 600, de 01 de agosto de 2018 ("Instrução CVM 600"), a participarem da Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRA, que será realizada, em primeira convocação, no dia **19 de abril de 2022, às 14h00**, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", coordenada pela Emissora, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76, no Ofício-Circular nº 6/2020/CVM/SIN, Deliberação CVM nº 848/20 e Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("Assembleia"), para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão (conforme definido no Termo de Securitização) apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sem ressalvas, relativas ao exercício social encerrado em 30.06.2021, nos termos do artigo 22, inciso I da Instrução CVM nº 600. Ficam os senhores Titulares dos CRA da Emissão cientes de que, nos termos do §3º do artigo 26 da Instrução CVM 600, as demonstrações contábeis do patrimônio separado que não contiverem ressalvas podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a presente Assembleia não seja instalada em primeira e segunda convocação em virtude do não comparecimento de quaisquer dos Titulares dos CRA. Informações Gerais: em linha com as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), e o Ofício-Circular nº 6/2020/CVM/SIN, veiculado pela Comissão de Valores Mobiliários em 26 de março de 2020, objetivando evitar aglomerações, a presente Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", sendo certo que o link de acesso à Assembleia será disponibilizado, oportunamente, pela Emissora e, ainda, a assinatura da ata será realizada digitalmente, conforme autorizado pela Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020. Os titulares dos CRA poderão se fazer representar na Assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, conforme previsto no art. 127 da Lei 6.404/76. Os documentos pessoais e, caso aplicável, instrumentos de mandato com poderes para representação na referida Assembleia deverão ser encaminhados para a Emissora, no e-mail juridico.ops@vert-capital.com, com cópia ao Agente Fiduciário, nos e-mails corporate@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia. A Assembleia será instalada em primeira convocação com a presença de Titulares dos CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação da respectiva Série, nos termos da cláusula 12.7 do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações, em primeira convocação, tomadas pelos votos favoráveis da maioria dos Titulares de CRA em Circulação da respectiva Série, presentes na respectiva Assembleia, nos termos da cláusula 12.12, do Termo de Securitização, e, em segunda convocação, conforme edital que virá a ser oportunamente publicado, caso necessário.

São Paulo, 30 de março de 2022
Victoria de Sá - Diretora de Relação com Investidores

VERT COMPANHIA SECURITIZAD